



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000299-21.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da Vara Única da comarca de Meleiro

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 8/2016-CGJ

Período da correição: 4-4-2016 a 6-6-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessora Técnica: Karolina Oliveira Fontanela Coimbra



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Meleiro

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Meleiro e Morro Grande

Juiz titular: Thania Mara Luz

Chefe de cartório: Rivelino Dias

Última correição por equipe da CGJ/SC: 9-9-2013 a 8-11-2013, Autos 0012387-96.2013.8.24.0600 (Correição Virtual).

Competência: Vara Única

Entrância: Inicial

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.377
1.1.2	Processos em andamento	1.251
1.1.3	Procedimentos em andamento	126
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 67 referem-se a processos de Execução Fiscal, 154 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 56 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.276
1.2.2	Processos em andamento	1.152
1.2.3	Procedimentos em andamento	124
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência junho de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	7	1	8
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 11-7-2016 (fl. 100).				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.489	124
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.444	120
1.4.3	Janeiro a maio de 2016 (mês anterior ao da consulta)	630	126
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			

1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias	9
	Cível – Genérico - Processo	
1.5.1.1	Ag. Prazo	3
	Criminal – Genérico- Processo	



1.5.1.2	Remetidos à Delegacia de Polícia	1	
	Execução Fiscal - Processo		
1.5.1.3	Ag. Encerramento do ato	2	
	Execução Penal - Processos		
1.5.1.4	Medida de Segurança/Internação	2	
	Juizado Especial Criminal - Processo		
1.5.1.5	Ag. audiência	1	
1.5.2	Observações		
<p>a) Informações obtidas em 11-7-2016.</p> <p>b) Na data de 11-7-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 35 processos na fila. O mais antigo data de 27-5-2016.</p> <p>b.2) Cumprir urgente: não há processos na fila.</p> <p>b.3) Recebido do Juiz: existem 14 processos na fila. O mais antigo data de 21-6-2016. Recebido do Juiz – Despacho: existem 34 processos na fila. O mais antigo data de 31-5-2016 Recebido do Juiz – Decisão: existem 20 processos na fila. O mais antigo data de 20-6-2016. Recebido do Juiz – Sentença: existe 1 processo na fila. O mais antigo data de 7-7-2016.</p> <p>b.4) Escrivão: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 8-6-2016.</p> <p>b.5) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 3 processos com audiências já realizadas ou sem designação de audiências.</p> <p>b.6) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0300419-39.2015.8.24.0175, [REDACTED], 030078-76.2016.8.24.0175, [REDACTED] e 0300130-72.2016.8.24.0175), por amostragem. Verificou-se que nos três primeiros processos há decisão determinando o arquivamento e certidão do art. 327 CNCJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ) e nos dois últimos processos há decisão determinando o arquivamento mas não há certidão do art. 327 CNCJ (Provimento n. 1/2016 – CGJ e Resolução n. 33/2015 - TJ).</p> <p>b.7) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0300515-88.2014.8.24.0175, 0800347-63.2013.8.24.0175, [REDACTED], 0800210-81.2013.8.24.0175 e 0500014-24.2012.8.24.0175), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p>			



1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	55	8
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		3,45%	0,50%
1.6.1.2	Observações	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016 (fl. 13). b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 89). c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).		
	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	8	8
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		26	30
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		49	6
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		15	16
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		3	8
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		1	1
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 14-22). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 90-95). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		91	14
	Peticionamento eletrônico		53	0
	Mandados		58	0
	AR		32	1
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fl. 24).				
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fl. 96).				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	32	24
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fl. 25).				
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 97-98).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)				
1.6.11.1	Contadoria	57	0	8	0
1.6.11.2	Distribuição	2	0	0	0
1.6.11.3	Ministério Público	36	3	82	7
1.6.11.4	Serviço Social	2	0	6	0
1.6.11.5	Observações				
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 27-29).					
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fl. 99).					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	16		22	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz Pablo Vinícius Araldi	4	0	0	0
1.6.12.2	Juíza Thania Mara Luz (titular)	0	0	1	0
1.6.12.3	Contadoria	4	0	11	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.4	Advogado	4	2	6	0
1.6.12.5	Perito	0	0	1	0
1.6.12.6	Delegacia de Polícia	4	4	0	0
1.6.12.7	Procuradorias	0	0	3	3
1.6.12.8	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016 (fl. 30).				
	b) Segunda verificação: mês de referência junho de 2016 (fl. 100).				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	6	2	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	0	0	0	0
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	0	0	0	0
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	2	0	1	1
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	13	1	23	2
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	2	2	4	4
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	6	3	11	1
1.6.13.8	Cartório – arquivar	4	3	0	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	0	0	0	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	7	4	5	2
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	1	0	2	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	0	0	0	0
1.6.13.14	Cartório – recebido do promotor	0	0	0	0
1.6.13.15	Cartório – recebido do contador	0	0	0	0
1.6.13.16	Cartório – prazo 1 a 31	13	13	18	17
1.6.13.17	Cartório – mesa do escrivão	0	0	0	0
1.6.13.18	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.18	Cartório – mesa 01 a 10	0	0	0	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.20	Cartório – cumprir despacho	0	0	3	0
1.6.13.21	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.26	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.28	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.29	Cartório – aguardando petição	0	0	0	0
1.6.13.30	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.31	Observações				
	a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fl. 31). O relatório de processos localizados em "Cartório – escaninho do juiz" está juntado à fl. 32.				
	b) Segunda verificação em 11-7-2016. O relatório de processos localizados em "Cartório – escaninho do juiz" está juntado à fl. 101.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	284	128
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		43	2
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		154	27
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		1	1
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		6	3
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	63	52
1.7.8	Observações			
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 33-40).				
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 102-109).				

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	4	6
		Definitivo		19	22
1.7.9.1	Réu preso - total			23	28
1.7.9.2	Observações				
a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 41-42).					
b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 110-112).					



[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]
1.7.13	Observações		
	a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 43-45).		
	b) Segunda verificação em 11-7-2016 (fls. 113-114).		
[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fls. 46-47).</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 44 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 29 estão com a situação “a definir” (fl. 48).</p> <p>a.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>a.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). a consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 28-3-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 11-7-2016.</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 11 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 11 estão com a situação “a definir” (fl. 115).</p> <p>b.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.</p> <p>b.3) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 10-7-2016) foi dividida em três classes: 1 -</p>		



Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.

1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNECJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face de não haver programas de acolhimentos na unidade. a) Primeira verificação em 29-3-2016 (fl. 49). b) Segunda verificação em 11-7-2016. c) Não há programa institucional de acolhimento e/ou programa(s) de acolhimento familiar cadastrado no sistema.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 19 de julho de 2016.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701

Karolina Oliveira Fontanela Coimbra
Analista Jurídico - Mat. 23.561